

## **Polis Litoral Sudoeste: afinal sempre há dinheiro para a Costa Vicentina!**

Pouco mais de dois meses após o seu anúncio, foi ontem apresentado o Polis Litoral Sudoeste – Operação Integrada de Requalificação e Valorização do Litoral do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Com uma área de intervenção de 9.500 ha, abrangendo os municípios de Sines, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo, correspondente a 150 Km de faixa costeira entre São Torpes e Burgau, e integrando na totalidade o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, este novo Polis propõe-se mudar “radicalmente” todo este território. Assim, e num vasto rol de intervenções, o Polis Litoral Sudoeste pretende intervir ao nível do ordenamento e valorização da faixa costeira através de medidas de reposição das condições de ambiente natural, de recuperação e protecção dos sistemas costeiros, de valorização e requalificação de praias, de requalificação de vários portos de pesca em pequenos aglomerados costeiros, e ainda ao nível da diversificação da oferta turística, por via da criação de novos produtos turísticos ligados ao património natural e cultural. Afinal, quase tudo o que deveria fazer o Parque Natural...

Não fosse o facto de estarmos a falar de uma Área Protegida que desde a sua criação, primeiro como Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (DL n.º 241/88, de 7 de Julho), depois como Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – PNSACV (Decreto Regulamentar n.º 26/95, de 21 de Setembro), praticamente não foi objecto de nenhuma atenção por parte do poder central, facto que esteve desde cedo na origem do divórcio entre o PNSACV e as populações locais, e a apresentação deste Polis até poderia ser caso para festejar.

Porém, o que estes mais de 20 anos passados produziram foi todo um conjunto de feridas bem vivas num território cheio de potencial, com uma paisagem de sonho e um dos mais belos troços litorais da Europa. Perante a inércia do Estado, e ao arrepio de todo o bom senso, vários foram os projectos aprovados que, fazendo-se valer dos “eternos” direitos adquiridos, desfiguraram várias zonas do PNSACV. Outros ainda se propõem fazer o mesmo – ao todo são 13 empreendimentos (só na Costa Vicentina) situados, na quase totalidade da sua extensão, no interior do PNSACV e do Sítio PTCO0059 – Costa Sudoeste – da Rede Natura 2000. A serem construídos, estes empreendimentos colocariam em causa a integridade ecológica e paisagística da Costa Vicentina e a razão de ser da sua existência como Parque Natural... Porém, esta situação apenas veio contribuir ainda mais para o cada vez mais notório afastamento entre aqueles que vivem no PNSACV e a entidade que o gere – o ICNB.

Sem capacidade de gestão e de verbas, o Estado, pela mão do ICNB, permitiu-se abandonar o PNSACV à sua sorte (1), entregando à especulação imobiliária e ao abandono os milhares de cidadãos que ali vivem e desenvolvem as suas actividades. Este tem sido aliás o calcanhar de aquiles da política de Conservação da Natureza em Portugal. Como seria de esperar, a situação de crescente oposição à existência do Parque Natural vai obviamente a par de uma crescente indiferença (ou até apoio) com que as populações locais encaram o (re)aparecimento de grandes projectos urbano-turísticos para a Costa Vicentina.

Nesta perspectiva, os verdadeiros responsáveis pela morte lenta do PNSACV são o Governo e o ICNB. As autarquias e os promotores imobiliários limitam-se a ser os seus coveiros.

A visibilidade que agora é dada ao PNSACV, espera-se que com carácter não meramente circunstancial, contrasta com a importância que nunca foi atribuída à política da Conservação da Natureza no país e em concreto ao PNSACV, ao nível da protecção dos seus valores naturais e do investimento nas áreas protegidas. A Conservação da Natureza continua a ser frequentemente o bode expiatório para justificar as mais inusitadas situações, desde os incêndios florestais ao abandono do território. Alguns sectores do Estado continuam a preferir ver-se a si próprios como um fim, em vez de parte de um todo que é o interesse público em todas as suas dimensões (ambiental, territorial, social, económica), ignorando muitas vezes valores superiores e defendendo em exclusivo os seus próprios interesses.

O PNSACV há muito se viu privado de capacidade financeira, sendo gerido por uma entidade, o ICNB, que, apesar de ter a ser cargo a gestão de quase 1/5 da área territorial do país, e do papel importantíssimo que tal representa, continua a ser presenteado anualmente com um orçamento que certamente vexaria muitas autarquias, mas com o qual tem de (sobre)viver a muito custo perante os sucessivos constrangimentos financeiros que lhe vêm sendo impostos, e que há muito o empurraram para um beco que parece cada vez mais não ter saída. O resultado tem sido o sacrifício do desenvolvimento de uma parte do país, que desertificado e empobrecido, tem ficado de braços abertos para receber a bênção do “turismo” seja ele qual for, com o apoio, quase inevitável nestas circunstâncias das autarquias e populações locais.

**Mas agora, em plena época pré-eleitoral, o Governo vem dizer que afinal há dinheiro para investir no PNSACV através do Polis...**

**Por que razão não optou por reforçar de forma significativa o orçamento do ICNB e de outros organismos com responsabilidades na gestão e ordenamento do território ?**

Num país desenvolvido, a conservação dos seus valores naturais e culturais, que os espaços protegidos encerram, seriam sempre vistos como uma dádiva. Em vez disso, entre nós, insiste-se em entender a conservação da natureza como um mero empecilho, e não como uma oportunidade de desenvolvimento. Oportunidade essa que apenas será plena quando os valores como os da conservação da natureza e do correcto ordenamento do território forem entendidos como desígnios nacionais e quando não mudem ao sabor dos governos que passam, nem se coadunem com calendários eleitorais. É certo que a Conservação da Natureza continuará a não dar muitos votos, mas a sua promoção essa marcará definitivamente a diferença num país da dimensão de Portugal e numa região como o Algarve. Se assim não for, mais tarde ou mais cedo, quem ficará a perder seremos todos nós. E aí, já será demasiado tarde.

Loulé, 29 de Agosto de 2009

A Direcção

(1) Recorde-se que o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (DR nº33/95 de 11 de Dezembro alterado pelo DR nº 9/99 de 15 de Junho) continua em processo de revisão desde há sete anos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2001 de 28-12-2001), devendo ter sido revisto num prazo máximo de dois anos...